

3.14 TESTEMUNHOS ARQUEOLÓGICOS NA RUA DO JARDIM DO REGEDOR Nº 10 A 32, LISBOA

Márcio Martingil
Arqueólogo, Taipa Arqueologia; IAP/FCSH/UNL
marciomartingil@taipaarqueologia.com

1. Introdução

Actualmente o local intervencionado e ao qual respeita o presente artigo localiza-se na Rua do Jardim do Regedor, n.ºs 10 a 32, antiga freguesia de Santa Justa, actual freguesia de Santa Maria Maior, concelho e distrito de Lisboa, presente na Carta Militar de Portugal, folha n.º 431, escala 1:25.000.

Os trabalhos aqui realizados ocorreram no âmbito de uma intervenção de emergência e salvaguarda do património arqueológico tanto no interior do edifício como na área do seu pátio exterior. Nesta perspectiva realizou-se o acompanhamento da abertura de várias sapatas dentro do edificado e a abertura de uma sondagem arqueológica no local onde se situam neste momento os elevadores da nova unidade hoteleira. Já na zona do pátio exterior os trabalhos realizados restringiram-se ao acompanhamento da remoção de terras e também ao registo gráfico das estruturas remanescentes detectadas durante o mesmo.

Deste modo a informação tratada respeita na sua totalidade à realidade presente na denominada sondagem 1 e também às estruturas postas a descoberto no pátio traseiro do edifício.

2. Enquadramento histórico de acordo com a cartografia de época

O edifício intervencionado localiza-se na outrora denominada Rua ou Beco da Mancebia, junto precisamente às hortas da mancebia e também às antigas Portas de Santo Antão, que após o grande terramoto de 1755 mudou de nome para Rua Nova do Jardim/Rua do Jardim da Inquisição e Rua do Regedor (SILVA, 1987, p.109).

Historicamente as referências directas a este local da urbe de Lisboa são muito escassas ou mesmo in-

xistentes por se localizar extra-muros o que nos levou a utilizar apenas referências à zona envolvente e principalmente cartografia/gravuras históricas conhecidas (deixando sempre a possibilidade de a mesma não ser absolutamente fiável, como sabemos e veremos). Nas imediações do local foram já descobertas estruturas remanescentes do sistema defensivo da antiga cidade de Lisboa, Cerca Fernandina, (nomeadamente no interior de alguns edifícios que confinam com a Travessa do Forno), sendo provavelmente, em época Medieval, a construção de maior importância nas proximidades, tal como as Porta de Santo Antão (Fig. 1).

Devido à referida escassez de informação escrita relativa ao local, conseguimos apenas apurar que a ali existir construção em época medieval ou inícios da modernidade, teria um carácter bastante pobre e/ou abarracado ou que seria somente uma zona de hortas/jardins, como podemos observar na representação da cidade de Lisboa, dos finais do século XVI, elaborada por G. Bráunio (Fig. 2, local assinalado a vermelho).

De uma forma relativamente mais concreta sabe-se quase que exclusivamente, como se pode observar novamente na figura 1, que seria o provável local de passagem do "Rego de Água", vindo de São Sebastião da Pedreira em direcção ao Tejo, apesar de na área afectada por esta empreitada o dito "Rego de Água" não ter o seu traçado definido, nem terem sido encontrados vestígios do mesmo.

No que se refere ao edificado, João Nunes Tinoco, por exemplo, não representa esta parte da cidade no seu trabalho de 1650, o que nos impossibilita de observar se o local a essa data já teria ou não alguma construção, levando-nos a remeter para o registo de 1756, de Carlos Mardel e de 1761, de Guilherme de Menezes. De acordo com as plantas dos autores, à altura o local parece estar já ocupado com algumas construções, no entanto,



Figura 3 – Excerto de Planta de Lisboa, da autoria de Guilherme de Menezes, 1756
(in <http://lxi.cm-lisboa.pt/> [consultado a 26 de Novembro de 2015])



Figura 4 – Excerto de planta de Lisboa, 1855
(in <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/> [consultado a 26 de Novembro de 2015])

Apenas no ano de 1856/58, Filipe Folque representa o edificado com “detalhe”, como visível na Figura 5 onde observamos de forma inequívoca a presença de “objecto construído”, com um nível de detalhe bastante fiável, sendo possível concluir que, tanto a fisionomia do edifício, como do próprio pátio adjacente permaneceram praticamente imutáveis desde a sua construção até à data da intervenção a ser tratada (Fig. 5).

Finalizando, explane-se que o local no decorrer do século XX foi utilizado como oficina, com várias estruturas de apoio a esse ofício, construídas no pátio, nomeadamente alguns barracões onde seriam guardados os materiais e onde trabalhariam os funcionários.

3. Realidade arqueológica – sondagem 1

Apesar da parca informação escrita de época, relativa ao local, a realidade arqueológica apresenta-se bastante diferente. Os dados recolhidos na sondagem 1 com cerca de 3,5 m de comprimento por 3 m de largura e 2,20 m de profundidade a norte da estrutura que a divide praticamente a meio e 1,50 m a sul da mesma (Fig. 6), permitem-nos traçar uma realidade relativamente diferente àquela. Abaixo do pavimento do edifício, que cremos ser original, após alguns níveis arqueológicos bastante perturbados, os dados arqueológicos começaram a revelar uma ocupação bastante interessante do espaço tanto a nível material como estrutural. Denote-se que todas as altimetrias presentes serão respeitantes a profundidades relativas a contar da soleira da porta número 28 da Rua do Jardim do Regedor, Lisboa.

Durante os trabalhos de escavação da sondagem 1 surgiram duas estruturas, a primeira a uma profundidade relativa de 30 cm, designada por U.E. [012] e a segunda a cerca de 90 cm, designada de U.E. [017].

A estrutura designada por U.E. [017], encontrada a maior profundidade, localiza-se encostada paralelamente ao designado perfil Este, com orientação Sul-Norte (Fig. 6) e parece-nos senão a mais antiga, a primeira a ser desactivada, não apenas por se encontrar a profundidade superior, mas também devido à sua constituição exclusivamente em pedra de pequena e média dimensão com ligante a argila. Ao surgir aos 90 cm, como já referido, apresenta uma altura de cerca de 86 cm (ou seja, a sua base localiza-se a cerca de 186 cm de profundidade) e uma espessura de 70 cm, aparentando ter apenas um momento construtivo. Este muro parece não ter sido afectado pela construção da unidade murária [012], mas sim encostar à mesma, existindo um intervalo entre as duas de cerca de 0,5 cm de espessura. Sem vestígios de vala fundacional tornou-se difícil atribuir uma cronologia à estrutura pois a unidade estratigráfica onde assenta não ofereceu quaisquer fragmentos cerâmicos, com excepção para um elemento em osso, correspondente a uma noz de besta, que se encontrava precisamente por baixo do muro e que será tratada mais adiante.

A segunda estrutura de maiores dimensões foi identificada como U.E. [012], desenvolve-se com uma orientação Este-Oeste e atravessa toda a extensão da sondagem como que a dividindo a meio (Fig. 6). Esta construção surge a uma profundidade relativa de 30 cm no perfil Este e de 60/70 cm no perfil Oeste com as alturas máxima e mínima de 176 e 143 cm respectivamente, com uma largura constante de 60 cm. Se a U.E. [017] apresenta apenas um momento construtivo esta apresenta possivelmente três, e com certeza dois momentos. Se na sua base a cerca de 210 cm de profundidade o aparelho corresponde apenas a elementos pétreos de médio e grande calibre com ligante a argila (tal como a estrutura anterior), a cerca de 170/180 cm de profundidade ocorre uma mudança bem demarcada



Figura 5 – Excerto da planta de Lisboa de Filipe Folque, 1856/58 (in <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/> [consultado em 26 de Novembro de 2015]).



Figura 6 - Plano final da sondagem 1, R.J.R. 10-32, Lisboa.

onde os elementos pétreos passam a ser de pequeno e médio calibre e o ligante de argamassa de tonalidade amarelada. Próximo do topo ainda preservado volta a surgir uma ligeira mudança, devido à colocação de uma aparente fiada de pedra de grandes dimensões coberta por elementos pétreos mais pequenos ligados entre si por uma argamassa mais esbranquiçada.

Assentando ambas as estruturas na mesma unidade estratigráfica e encostando uma à outra, aparentam ter a mesma cronologia fundacional, todavia a estrutura de maiores dimensões parece-nos ter sido utilizada até um momento mais tardio, pois se na metade da sondagem a Norte desta construção e confinada a Este pela [017] não surgiram vestígios de nenhum pavimento e os próprios fragmentos cerâmicos recolhidos nos extractos não perturbados apontam para cronologias dos séculos XV/XVI (como veremos adiante) o lado a Sul da estrutura [012] apresentou uma sequência estratigráfica onde figuravam ou restos de níveis de pavimento ora em argamassa ora em tijoleira, ou níveis de pavimento intactos em argila com fragmentos de cerâmica moídos, muito compactados. De referir ainda que a face sul da estrutura [012] apresentava também largos vestígios de reboco de argamassa branca.

3.1. Conjunto cerâmico recolhido

De imediato é necessário clarificar que a cerâmica apresentada respeita ao lado a Este da estrutura acima mencionada. O lado Oeste apresentava-se bastante perturbado até ao primeiro nível de pavimento.

Após os níveis claramente perturbados a estratigrafia local da metade Este começou a mostrar-se bastante linear no que respeita às suas possíveis cronologias existindo aqui duas possibilidades. A primeira respeita à possibilidade dos depósitos corresponderem ao momento de desactivação das estruturas encontradas através do seu entulhamento rápido, o que teria permitido que as cronologias dos materiais arqueológicos sejam todas elas bastante similares e coerentes. A segunda hipótese que podemos considerar consiste na desactivação de apenas uma das duas estruturas, a de topo ([017]), visível na figura 6, através do seu entulhamento num só momento (apesar de existirem diferenças no que concerne aos sedimentos não as existem em relação às cronologias dos materiais exumados), tendo sido a segunda, a que divide a sondagem a meio (Fig. 6), reaproveitada na sua base e aumentada em altura. Parece-nos aqui a mais fiável a segunda hipótese.

Na metade Este da sondagem 1, após os 60/70 cm de profundidade relativa (em relação ao topo da sondagem), as cronologias dos fragmentos cerâmicos mantêm-se lineares até aos cerca de 140 cm de profundidade relativa a contar do ponto já mencionado. Após essa profundidade os depósitos apresentaram-se praticamente estéreis, salvo excepções mais adiante explanadas. No intervalo referido as unidades estratigráficas que forneceram maior número de fragmentos foram as unidades [013], [015] e [019], sendo especialmente esta realidade a analisar. O conjunto artefactual aqui recolhido que cremos respeitar a um único momento de entulhamento, como referido, está claramente balizado entre os finais do século XV (cronologias de produção) e inícios da centúria seguinte (cronologias de utilização/previvência). Integram os elementos em estudo, fragmentos de cerâmica pertencente às oficinas do sul de Espanha (séculos XV/XVI), de grés germânico (séculos XV/XVI), de faiança verde e branca, vidro de proveniência veneziana (séculos XV/XVI) e de forma claramente predominante cerâmica Malagueira/faiança esmaltada a branco (produção portuguesa e/ou espanhola).

A cerâmica esmaltada a branco (cerâmica Malagueira)

Sendo a cerâmica Malagueira amplamente conhecida tanto em território nacional como em territórios do país vizinho, desde há muito que se coloca a questão quanto aos seus locais de produção e em que cronologias. Se a região andaluza apresenta produção de cerâmica esmaltada a branco primeiramente às oficinas portuguesas (finais do século XV), é hoje claro que em cronologias mais tardias esta cerâmica começa igualmente a ser produzida ou imitada no nosso país, mais propriamente após cerca de 1520, embora ainda sem uma “produção em massa”, antes de cerca de 1540/1550 (CASIMIRO, 2013, p. 354).

Não se apurando evidências claras, através da análise dos fragmentos recolhidos, quanto à cronologia exacta do contexto em estudo, tornou-se claramente difícil atribuir um local de produção à cerâmica Malagueira. Devido a tal aspecto esta cerâmica tanto pode corresponder a importações da zona andaluza espanhola (Sevilha, onde são produzidas desde finais do século XV), como a fabrico nacional (após 1520), como mencionado. As formas recolhidas respeitam essencialmente a cerâmica de mesa, nomea-

damente a fragmentos de pratos com fundos em ônfalo e escudelas/taças de carenas acusadas exteriormente.

Quanto aos pratos estão presentes fragmentos de pastas de cor rosada/bege e amarelada, claras, esmaltadas a branco (óxido de estanho), base de assentamento em "aresta", com fundo em ônfalo relativamente pronunciado, (ou bem pronunciado em alguns casos) e base rodeada por filete relevado. O bordo apresenta-se pouco ou nada espessado de lábio afilado/pouco afilado (Figs. 7 e 8, canto superior direito). Surgem igualmente fragmentos de prato esmaltados a branco de pastas amareladas claras, de base côncava com filete ligeiramente relevado no interior e de bordo ligeiramente boleado (Fig. 7), tal como fragmentos de bordo de prato, uma vez mais, esmaltados a branco de bordo ou boleado (uns com aba outros sem), ou levemente afilado também eles de pastas em tons rosa claro ou amarelo claro.

Ainda dentro das cerâmicas esmaltadas surgem vários fragmentos de escudelas/taças, com local de produção uma vez mais portuguesa ou andaluza. As pastas destes fragmentos são de coloração amarela clara e o seu esmalte obviamente branco, devido ao óxido de estanho. São escudelas com bordos direitos, em alguns casos boleados, ou ligeiramente extrovertidos e lábios afilados ou suavemente afilados, apresentam carena acusada a meio na superfície externa do seu corpo e pé em anel (Figs. 9 e 10).

Para este conjunto cerâmico encontram-se vários paralelos em território nacional com cronologias iguais/semelhantes, como é o caso dos exemplares recolhidos no poço-cisterna de Silves dos finais do século XV e inícios do século XVI (GOMES, GOMES, 1996, pp.143-145) ou na prisão do Aljube em Lisboa com as mesmas cronologias (AMARO *et alii*, no prelo).

Espólio de importação

No que respeita à cerâmica claramente de importação surgem-nos um fragmento de cerâmica proveniente de Sevilha ou Málaga, majólica italiana (Montelupo), grés renano e vidro azul veneziano.

De proveniência espanhola, mais propriamente andaluza (Sevilha ou Málaga), existem apenas três exemplares, o primeiro, pertencente às oficinas de Sevilha ou Málaga esmaltado a branco (azulado) com motivos decorativos vegetalistas de cor azul de cobalto algo diluído no seu interior (séculos XV/XVI) e esmalte esbranquiçado no exterior. O fragmento permite-nos apenas concluir que corresponderá a uma taça, pois não apresenta vestígios nem de bordo nem do pé. Todavia, poderá pertencer a uma taça de bordo direito ou ligeiramente extrovertido e de pé anelar. O segundo e terceiro fragmentos pertencentes às oficinas sevilhanas, tratando-se um de uma parede cerâmica, sem vestígios de bordo, esmaltada a verde-escuro no exterior, e sem qualquer tratamento de esmalte na parte interior, revelando por isso uma pasta de tonalidades esbranquiçada ou amarela clara, onde se denotam perfeitamente as estrias de oleiro (Fig. 12) e outro a uma parede de taça, sem vestígio de bordo nem de pé, de pasta esbranquiçada/amarelada, decorada com duas linhas concêntricas e paralelas juntos ao que seria o bordo e outras duas na base em tom azul-cobalto diluído sobre esmalte branco (Fig. 11).



Figura 7 - Fragmento de prato esmaltado a branco, R.J.R. 10-32, Lisboa - século XV/XVI.



Figura 8 - Fragmentos de pratos esmaltados a branco, R.J.R.10-32, Lisboa - séculos XV/XVI.



Figura 9 - Fragmentos de taça/escudela esmaltada a branco, R.J.R.10-32, Lisboa - século XV/XVI



Figura 10 - Fragmento de taça/escudela esmaltada a branco, R.J.R.10-32, Lisboa - século XV/XVI.

De importação surgiram também alguns fragmentos de majólica italiana que nos parecem pertencer às oficinas de Montelupo, igualmente dos séculos XV/XVI.

As peças correspondem a fragmentos de bordo, ou de parede e aba do bordo, de pequena dimensão e apresentam pastas claras (esbranquiçadas). A decoração é exibida em tonalidades azul-cobalto bastante diluído, azul-cobalto intenso, amarelo e laranja escuro (Fig. 13, canto superior direito), azul-cobalto e amarelo (Fig. 13, canto superior esquerdo) ou azul-cobalto, verde-claro e vinoso (Fig. 13, em baixo). Peças semelhantes surgiram no Largo do Chafariz de Dentro, como refere António Vicente no seu trabalho académico intitulado "O Conjunto de Fragmentos de Grés Germânico" apresentado no seminário de mestrado de Arqueologia Moderna, em 2009, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e (SILVA *et alii*, 2012, p. 77).

De importação italiana, também dos séculos XV/XVI surgem também alguns fragmentos de vidro, de fraca expressão. Estão presentes em pequeníssima quantida-

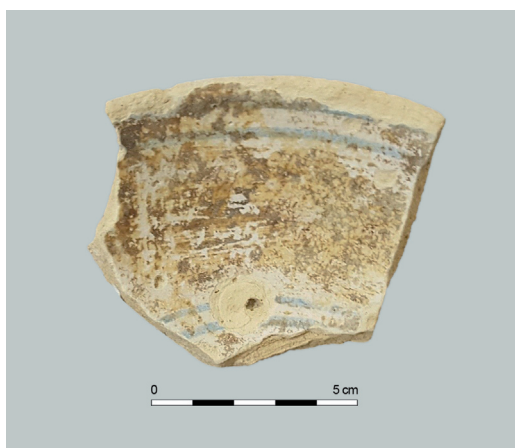


Figura 11 - Fragmento de taça andaluza, R.J.R.10-32, Lisboa - século XV/XVI.

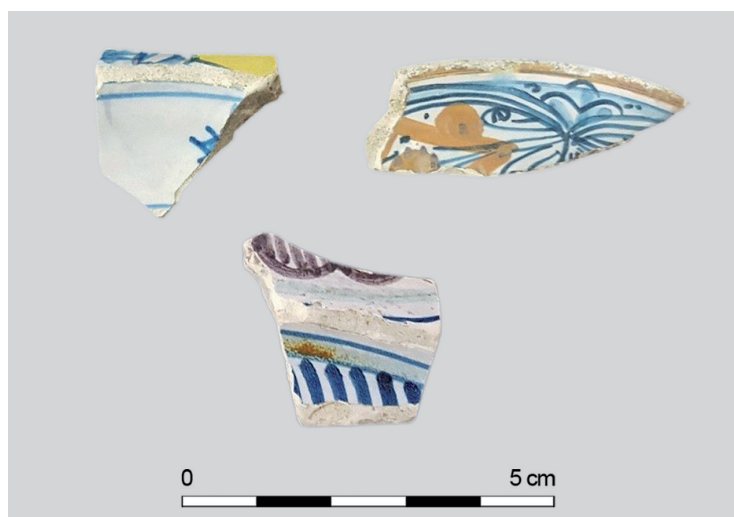


Figura 13 - Fragmentos de majólica italiana, R.J.R.10-32, Lisboa - séculos XV/XVI.

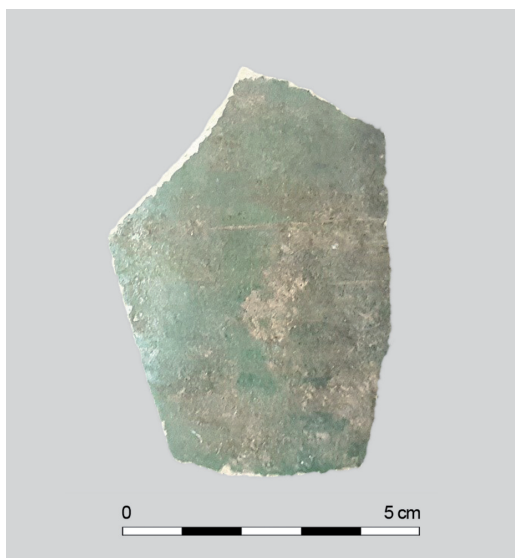


Figura 12 - Fragmento cerâmico sevilhano, R.J.R.10-32, Lisboa - século XV/XVI.

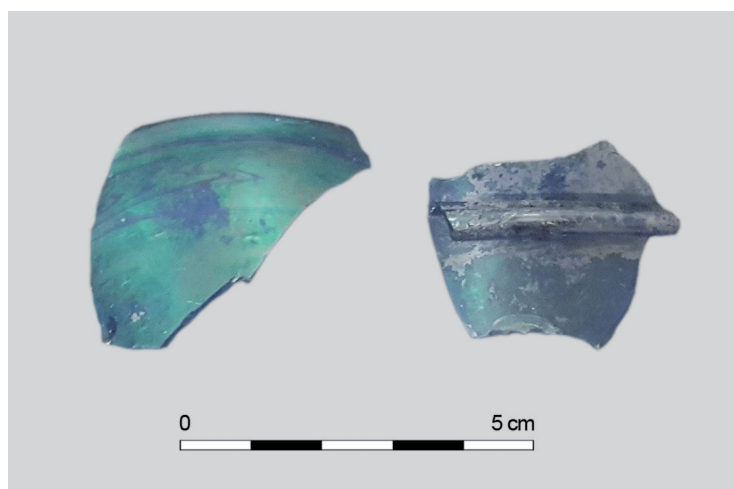


Figura 14 - Vidro italiano, R.J.R.10-32, Lisboa, século XV/XVI.

de, e correspondem a um bordo com parte de pare de uma provável taça de pequenas dimensões, e ainda um fragmento que parece pertencer ao corpo de uma garrafa apresentando um pequeno “cordão” decorativo. São fragmentos de boa qualidade e em tom azul (Fig. 14).

Grés Renano

Juntamente com o espólio acima explanado encontravam-se também vários fragmentos de grés oriundo da zona da Renânia de produção dos finais do século XV inícios do século XVI. Estas peças destinavam-se ao armazenamento e consumo de líquidos desde o início da sua produção europeia no século XIII. Se até aos finais do século XV não apresentavam decoração, após essa data passaram a ser ricamente ornamentados, através de aplicação de várias formas decorativas em relevo, que podiam variar entre rostos masculinos com barba até a folhas, flores, bolotas, etc. Estas peças assumem em parte um carácter especial devido à técnica de produção de vidrado de sal (final do século XV, inícios do XVI), que consistia basicamente na adição de cloreto de sódio nos fornos durante o período de cozedura, para que este quando em contacto com a pasta das peças lhe desse uma superfície vítrea, resistente, impermeável e brilhante.

Os vários fragmentos encontrados durante os trabalhos, permitiram a colagem entre si, formando o fundo e parte da parede/bojo de um pequeno jarro de forma globular, dos finais do século XV inícios do século XVI, (visto apresentar decoração aplicada em relevo) de produção renana (germânica) – Fig. 15.

O interior da pasta desta peça apresenta-se em duas tonalidades, por um lado bege/laranja clara, por outro, cinzenta, o que pode denunciar a ocorrência de algumas situações, como por exemplo a maior proximidade de um dos lados da peça à boca do forno ou a má impermeabilização do próprio durante a cozedura da cerâmica. Devido a essa mesma razão a superfície interna apresenta também uma variação de cor entre o bege e o castanho. Nesta superfície são perfeitamente visíveis as estrias de fabrico e um alisamento da pasta sem qualquer aplicação vítrea.

A superfície externa do jarro tem uma decoração aplicada em forma de folhas longas com nervuras e flores distribuídas por vários medalhões, e também no exterior dos mesmos no caso das folhas, apresenta-se vítrea, e tem uma tonalidade castanha melada, mais espessa e brilhante nos locais decorados e menos espessa e brilhante nas áreas sem decoração. Este pormenor da peça denuncia no nosso entendimento a utilização da dita técnica de vidrado de sal, que pode, todavia, não ter aderido à peça na sua totalidade, deixando visível assim apenas um tratamento preparatório por engobe na zona inferior. A peça apresenta ainda um pé em forma de disco, com ligeiro ônfalo, com lábio de secção biselada demarcado do corpo por canelura e friso (Figs. 15 e 16). Surgem em Lisboa paralelos para esta peça no Largo do Chafariz de Dentro (VICENTE, 2009; SILVA *et alii*, 2012, p. 79).

Produção portuguesa

No que respeita a produções claramente portuguesas faremos apenas referência a um fragmento encontrado de faiança a verde e branco, devido à sua escassez em contextos arqueológicos. Trata-se provavelmente de um

fundo de taça (carenada?) ou escudela, com pé em anel, esmaltada a branco e vidrado verde. O esmalte aparenta ser de boa qualidade e a pasta de coloração esbranquiçada. Em Lisboa são conhecidos paralelos para esta peça, em contextos do século XVI na prisão do Aljube (AMARO *et alii*, no prelo) – Fig. 17.

Noz/Carreto de besta

A única peça recuperada da unidade de assentamento das duas estruturas acima descritas corresponde a uma noz ou carreto de besta em osso, em excelente estado de conservação, surgida precisamente por baixo da estrutura [017].

Introduzida em território ibérico por volta do século XI, crê-se ter sido já no século seguinte que se deu a difusão do uso de bestas, provavelmente pela mão dos exércitos almóadas. (BARROCA, MONTEIRO, 2000, pp. 382-384). Sendo composta na sua base por um arco (em madeira ou osso), uma corda e um cabo, tornou-se numa arma portátil bastante útil, tanto para guerrear, como para caça. A noz localizava-se na coronha da arma e servia tanto para prender a corda quando colocada em tensão, como para alojar e direccionar com maior precisão o projectil arremessado após se apertar o “gatilho”.

O exemplar recolhido (Figs. 18 e 19) tem uma espessura de 2,6 cm e um diâmetro de 3,5 cm com um orifício central destinado tanto à sua fixação à arma, como para permitir o seu movimento de rotação durante a acção armar/desarmar com 3 mm de largura e obviamente 2,6 cm de profundidade. A superfície externa tem ainda talhada uma ranhura para fixação da corda em tensão, paralela ao eixo central acima referido, com uma largura máxima de 1,1 cm e uma profundidade de 3 mm, tal como duas outras ranhuras, perpendiculares ao eixo central, com orifício no centro, uma destinada ao encaixe do projectil a disparar, com 1,3 cm de largura máxima e 4 mm de profundidade e outra, oposta, destinada ao desarmador da besta com cerca de 8 mm de largura por 2,3 cm de comprimento (Fig. 19). O orifício que une interiormente estas duas ranhuras, tem do lado da colocação do projectil 4 mm de largura e do lado oposto 3 mm, por uma profundidade de 1,8 cm. Toda a superfície da peça demonstra um tratamento por polimento, e várias das áreas da mesma apresentam marcas de uso e sinais de desgaste devido ao mesmo.

São conhecidas poucos exemplares no nosso país, uma recolhida na alcáçova do Castelo de Mértola, datada dos finais do século XI inícios do século XII, outra proveniente da capela de Santa Ana do Convento de São Francisco de Santarém, datada dos séculos X-XI e uma outra dos séculos XV/XVI, recolhida no castelo de Castelo de Vide (BARROCA, MONTEIRO, 2000, pp. 382-384) e, por fim, um outro exemplar, aparentemente inacabado, proveniente de Silves (GONÇALVES, PEREIRA, PIRES, p. 199).

3.2. Contextos arqueológicos da área do pátio

Se a realidade presente na sondagem 1 nos aponta para um contexto de cronologias dos finais do século XV, inícios do século XVI, a realidade detectada no pátio exterior do edifício parece remontar aos séculos XVII/XVIII.



Figura 15 – Fragmento de jarro globular em grés renano, R.J.R.10-32, Lisboa - século XV/XVI.

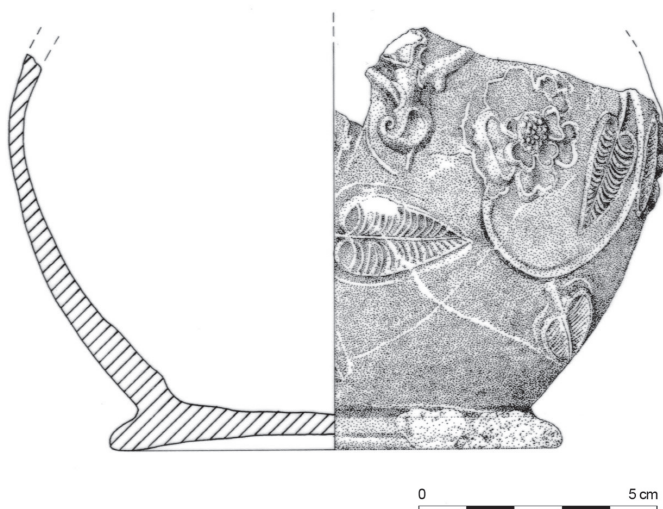


Figura 16 – Fragmento de grés renano, R.J.R.10-32, Lisboa - século XV/XVI (desenho Dr.ª Joana Gonçalves).



Figura 17 – Fragmento de faiança verde e branca, R.J.R.10-32, Lisboa - século XV/XVI.



Figura 18 – Noz de besta, R.J.R.10-32, Lisboa - período islâmico(?)/cristão(?).



Figura 19 – Noz de besta, R.J.R.10-32, Lisboa - período islâmico (?)/cristão(?).

Na área supramencionada os trabalhos de Arqueologia consistiram apenas no acompanhamento arqueológico da remoção de terras e registo das estruturas encontradas.

No pátio foram detectadas várias estruturas das quais se destacaram o resto das paredes de uma estrutura que tudo indica ter sido um lago ornamental ou um tanque de armazenamento de água e, encostada a si, uma grande área de calçada, em seixo rolado (Fig. 20).

O tanque de armazenamento de água/lago

Desta estrutura encontravam-se preservadas quase na sua totalidade as paredes Sul e Oeste, tal como grande parte do seu pavimento interior, que surgiram a uma profundidade relativa (a contar da soleira da porta número 20, da Travessa de Santo Antão, Lisboa) de 160 cm.

O aparelho construtivo das paredes permitiu identificar duas fases construtivas. A primeira de qualidade signifi-

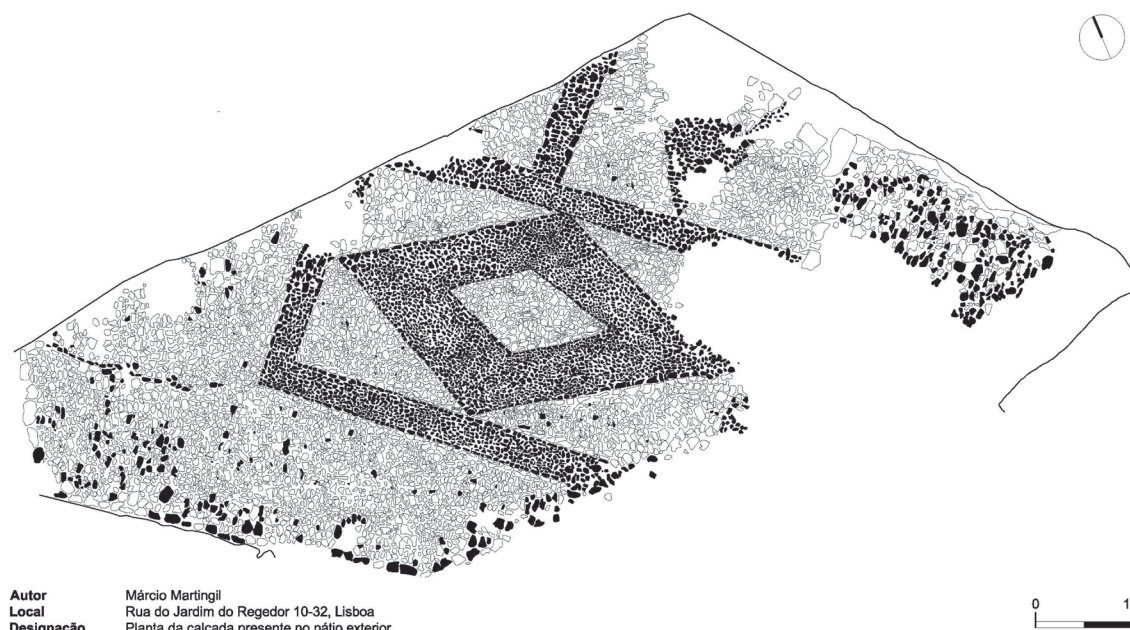


Figura 20 – Vista das estruturas postas a descoberto no pátio (em cima) e planta da calçada no pátio exterior (em baixo), R.J.R.10-32.

tiva, formava a base e tinha cerca de 40cm de altura, onde se misturavam elementos pétreos de média e grande dimensão com cerâmica de construção (tijoleira) com ligante a argamassa de coloração amarelada e branca. A segunda fase construtiva, que serviu para aumentar a altura da estrutura, apresentava um aparelho de fraca qualidade, constituído por elementos pétreos de pequena e média dimensão onde o ligante utilizado consistiu em argamassa de fraca qualidade misturada com argila, e encontrava-se já destruída quase na sua totalidade (Fig. 21).

O interior desta estrutura encontrava-se revestido por tijoleira de média dimensão (20x10 cm) disposta em espinha assente numa base preparatória de argamassa, relativamente fina, que por sua vez assentava aparentemente num nível de argila bastante compactada. No canto criado pela junção da parede oeste com a parede sul, existia ainda um orifício circular, destinado ao escoamento da água armazenada, com várias lajes de pedra adossadas do lado exterior, possivelmente para facilitar a saída de água, permitir uma melhor limpeza do orifício em caso de entupimento e evitar ainda o crescimento de plantas junto à saída de água que assim dificultariam o seu escoamento (Fig. 22). Das paredes este e norte restavam apenas os seus negativos no solo.

Apesar da inexistência da parede norte era perfeitamente visível em negativo que a estrutura de maior destaque deste ressoito, uma calçada de grandes dimensões extremamente bem preservada, em parte, chegava até ela, encostando assim uma à outra, articulando-se.

A calçada mencionada com mais de 9 m de comprimento e 6 m de largura máxima, era constituída por seixos rolados de coloração branca de média e grande dimensão e de coloração preta de pequena dimensão. Encostados ao tanque de água, estavam os elementos pétreos de maiores dimensões, maioritariamente de coloração branca, demarcando desta forma o limite Sul, tal

como acontecia na parte do troço delimitador a Oeste posto a descoberto. Para além dos locais mencionados, os seixos de grandes dimensões não serão utilizados em grande número. A grande particularidade deste pavimento prende-se não apenas com o tamanho dos seixos utilizados por si só, mas no facto de cada cor que o compõe estar associado a um tamanho, e em especial ao facto de terem sido cuidadosamente dispostos de forma a formar um motivo decorativo central envolto em moldura.



Figura 22 - Orifício de escoamento de água, R.J.R.10-32, Lisboa.



Figura 21 - Tanque de armazenamento de água/lago, R.J.R.10-32, Lisboa.

No momento em que se colocou toda a área de calçada a descoberto foi de imediato visível sensivelmente ao centro a existência de um pequeno losângulo de seixos brancos de média dimensão, rodeado por um outro de maiores dimensões, feito em seixo de pequenas dimensões e de coloração preta, que por sua vez se encontrava ainda separado por um triângulo em cada canto, de seixos de tonalidade branca novamente de média dimensão, de uma moldura rectangular constituída por seixos pretos de pequena dimensão. Este motivo decorativo encontrava-se extremamente bem preservado quase na sua totalidade. Apenas no limite Este a calçada se encontrava parcialmente destruída. Todavia, era ainda perceptível que o motivo decorativo se repetiria, pois encontrava-se ainda in situ o arranque de um novo losângulo a preto separado a branco de uma nova moldura também a preto. Todavia devido ao facto de se encontrar perturbado não são perceptíveis as dimensões que teriam. De referir que a fachada externa dos antigos edifícios do pátio assenta/corta a calçada que se desenvolveria em tempos recuados para Norte em direcção ao exterior, para o local onde se localiza hoje em dia a Travessa de Santo Antão (ver planta).

Aponta-se para cronologias de construção e utilização de ambas as estruturas os séculos XVII e XVIII devido ao facto de os materiais recolhidos tanto por cima do pavimento do tanque, como na unidade que cobria e preenchia a calçada corresponderem essencialmente a fragmentos de cerâmica dessas épocas. Apesar dos fragmentos recolhidos reportam maioritariamente a cerâmica comum, difícil de atribuir cronologia, foram também recolhidos alguns fragmentos de anéis em vidro, contas e fragmentos de faiança portuguesa. Alguns dos fragmentos de faiança recolhidos permitiram colagem e ofereceram-nos assim parte de uma taça de pequenas dimensões, de pasta esbranquiçada e de fraca qualidade, com decoração azul sobre esmalte branco, também de qualidade reduzida. A diminuição de qualidade da peça observa-se ainda nos seus motivos decorativos, menos cuidados/delicados. Corresponde essencialmente a uma decoração vegetalista com aranhões (Fig. 23).

Nesta área surgiu ainda aquilo que aparenta ser um selo metálico de mercadorias (provavelmente pertencente a um fardo de tecidos), de pequenas dimensões, conservando parte de inscrição de um dos lados e alguma decoração no lado oposto. Como paralelos para esta peça podemos mencionar os selos comerciais surgidos durante os trabalhos arqueológicos na Casa do Infante - Porto. (Figs. 24 e 25).

4. Considerações finais

Os trabalhos arqueológicos realizados permitiram a detecção de dois espaços com cronologias diferentes – um dos séculos XV/XVI e outro do século XVII/XVIII.

O contexto da sondagem 1, surge-nos como sendo o mais antigo, onde as cronologias são obtidas essencialmente através da datação dos materiais recolhidos junto às estruturas, que mesmo podendo corresponder a contexto de entulhamento, não deixam de ser fiáveis, visto esse dito entulhamento do espaço, pelo menos da área delimitada por ambas as estruturas, ter ocorrido num es-



Figura 23 – Fragmento de taça, R.J.R.10-32, Lisboa - século XVII.



Figura 24 – Selo metálico, R.J.R.10-32 – cronologia indefnida (XVII?).



Figura 25 – Selo metálico, R.J.R.10-32 – cronologia indefnida (XVII?).

paço de tempo muito curto, algo demonstrado através da cronologia similar entre as peças das diferentes unidades estratigráficas. Essas peças permitem-nos uma certeza – o espaço foi utilizado/desactivado nos finais do século XV e inícios do século XVI. Podem as estruturas ser contemporâneas ou ligeiramente mais antigas, especialmente no caso do muro de menores dimensões (onde surgiu por baixo a noz de besta), aparentando a estrutura maior sinais de reutilização e utilização durante um hiato cronológico mais amplo, tanto devido ao facto de apresentar vários momentos construtivos, como devido a se apresentar em articulação com vários níveis de pavimento na sua face sul, pavimentos esses que em parte surgem já a cotas muito superiores ao topo do muro [017] a norte – podemos estar perante contextos habitacionais (?) extra-muros.

A realidade do pátio apresenta-se como claramente um espaço de lazer, de cultivo ou de passagem. Acreditamos que corresponda a um espaço privado e não público, devido à presença reduzida de espólio cerâmico na unidade que preenchia a calçada, podendo tratar-se assim de uma horta ou mais provavelmente um jardim (ou ambos), onde o tanque de armazenamento de água teria tanto funções decorativas como de rega e onde a calçada, uma vez mais, serviria tanto para dar beleza ao espaço como para tornar a deslocação no mesmo, até ao tanque que a delimita, mais fácil e cómoda. É precisamente a calçada que nos permite inferir que as dimensões do local são hoje em dia diferentes de outrora, pois esta encontra-se ou por baixo ou cortada pela fachada dos edifícios virados à actual Travessa de Santo Antão.

ibliografia

- AMARO, C.; FILIPE, V.; HENRIQUES, J.P.; MANSO, C. (2013): Prisão do Aljube no século XVI – vidros, majólica italiana e cerâmica esmaltada espanhola. In ARNAUD, J.M., MARTINS, A., NEVES, C. (eds), *Arqueologia em Portugal, 150 anos*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.1019-1024.
- AMARO, C.; FILIPE, V.; HENRIQUES, J.P.; MANSO, (no prelo): *Faiança Quinhentista recuperada num compartimento da antiga prisão do Aljube*, Lisboa.
- BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia, coord. (2000): *Pera Guerrejar: Armamento Medieval no Espaço Português*. Catálogo da Exposição no Museu Nacional de Arqueologia; Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 382-384.
- BERTI, Fausto, (2008): *Catalogo Il Museo della Ceramica di Montelupo, storia, tecnologia, collezioni*. Florença: Edizioni Polistampa.
- CASIMIRO, T. (2010): *Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (dos finais do século XVI aos inícios do século XVIII)*. Dissertação de doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa, FCSH (policopiado).
- CASIMIRO, T. (2013): *Faiança Portuguesa: datação e evolução crono-estilística*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.16, Lisboa, Direcção Geral de Património Cultural, pp. 351-367.
- GOMES, R. V.; GOMES, M., V. (1996): Cerâmicas Vidradas e Esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do poço-cisterna de Silves, *Xelb*. 3. Silves, Museu Municipal de Arqueologia de Silves, pp.143-205.
- GONÇALVES, M. J.; PEREIRA, V.; PIRES, A. (2008): Ossos trabalhados de um arrabalde islâmico de Silves: aspectos funcionais. *Xelb 8* (Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve, 2007). Silves, Museu Municipal de Arqueologia de Silves, pp.187-214.
- SANTOS, P. A. (2008): Cerâmicas de cronologia moderna do edifício do Aljube em Lisboa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 11, nº 2, pp.325-345.
- SEBASTIAN, L. (2012): Centros produtores, matérias, técnicas de fabrico e critérios de distinção, In TEIXEIRA A.; BETTENCOURT, A. (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, 2. Lisboa, CHAM/FCSH-UNL e UAç, pp. 937-950.
- SILVA, A. V. da, (1987): *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Vol. II. Lisboa.
- SILVA, R. B. da; MIRANDA, P.; VIEIRA, V. N.; VICENTE, A. M.; LOPES, G.; NOZES, C. (2012): Largo do Chafariz de Dentro. Alfama em época Moderna. In TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, A. (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, 2. Lisboa, CHAM/FCSH-UNL e UAç, pp. 71-84.
- VICENTE, A. M. (2009): *Conjunto de fragmentos de Grés Germânico*. Trabalho académico, não publicado, apresentado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

Locais de internet

<http://lxi.cm-lisboa.pt> [consultado em 26 de Novembro de 2015].